

LABIRINTO DAS ÁGUAS: usos socioeconômicos do espaço do Sertão de Limoeiro.

Luciana Meire Gomes Reges *

RESUMO: Esse é um recorte do estudo dissertativo, que tem como título **(Sobre) viver no Sertão**: um estudo acerca das configurações sócio patrimoniais de Limoeiro/CE (1850-1884), que objetiva compreender os modos de vida dos sertanejos, em face da Cultura Material, caracterizada nos inventários *post-mortem*. Para essa comunicação, recortou a relação estabelecida entre a natureza e as materialidades do Sertão. Com o intuito de compreender a paisagem social do Sertão de Limoeiro, foram estabelecidos diálogos entre os relatos de viajantes, inventários *post-mortem* e registros de terra, destacando o papel socioeconômico dos rios e ribeiras, já que elas constituíam fluxos econômicos, vias de comunicação e trânsitos por onde margeava o gado que adentrava os sertões.

PALAVRAS CHAVES: Sertão. Cultura Material. Natureza.

A colonização dos Sertões do Siará Grande foi posterior às capitânicas de Pernambuco e da Bahia. Tendo em vista os perigos externos, caracterizados pelas guerras contra os franceses localizados no Maranhão e dos holandeses em Pernambuco, e internos, no combate contra os tapuias no processo de colonização. (MAIA, 2005: 15-20)

No Siará Grande o arranjo da expansão se deu pela pecuária que adentrou os sertões configurando novas fronteiras de ocupação e espaços reocupados por colonos. Não obstante, a ausência de uma cobertura vegetal semelhante à Mata Atlântica que favorecesse a extração de madeiras especiais, a exemplo do pau-brasil; um solo com bom grau de fertilidade, tipo massapê, que possibilitasse a consolidação de uma economia e sociedade açucareira; rios perenes que permitissem a navegação para o interior; e por fim, a presença de uma zona semiárida, cujas características ambientais chegam à zona costeira, dificultaram e protelaram a colonização da província. Sertão esse em que não havia ouro, o metal dos desejos. Além dos fatores preditos, devemos considerar, também, a resistência indígena, em defesa de suas terras e de sua cultura. (ALBUQUERQUE, 2002: 68-69)

* Mestre em História Social pela UFC. Pesquisa desenvolvida com o apoio da Capes, sob orientação do Prof. Dr. Eurípedes Funes – lucianareges@bol.com.br.

A capitania do Ceará ganhou evidência no cenário econômico da Colônia com a criação das fazendas de gado que foram se espalhando pelos vastos e ermos sertões, principalmente ao longo das ribeiras do Jaguaribe e Acaraú, a partir do final do século XVII, favorecendo, por um lado, a ocupação colonial desses espaços e, por outro, suprimindo a necessidade do abastecimento de carne das regiões açucareiras.(ABREU, 1998:123-130)

Ainda no século XVIII, o povoado de São José do Porto, atual Aracati, consolidou-se como núcleo econômico graças às instalações das oficinas de charque, produto exportado, juntamente com o couro, e outros produtos vindos do Sertão do Jaguaribe, comercializado em Pernambuco e outras províncias. (GIRÃO, 1998)

Quando em 1747, Santa Cruz do Aracati foi elevada à categoria de Vila, Aracati já era um dos principais polos econômicos da capitania. O fluxo de mercadorias era intenso, vindo de Pernambuco, Paraíba, Bahia, entre outros. Embrenhavam-se nos interiores transitando por todo o Vale do Jaguaribe e chegavam até o porto de Santa Cruz do Aracati. Um porto fluvial situado na “boca” dos sertões, que propiciou dinamismo e relações econômicas. (NOGUEIRA, 2010)

Os negócios decorridos da comercialização da carne e do couro do boi conduziram o desenvolvimento econômico das oficinas de charque, onde o boi seguia a pé até a Vila e lá era abatido e a carne, salgada e transformada, prática essa que concretizou Santa Cruz do Aracati como centro econômico da capitania, sendo gradualmente sua influência dilatada por toda a Capitania do Ceará. Não obstante, “o advento das charqueadas no Ceará contribui sobremaneira para a pujança de Aracati, que se tornou o mais movimentado e rico centro da capitania do Ceará”. (SILVA, 2000: 227)

Quando a pecuária adentrou os sertões através da Estrada Geral do Jaguaribe, que ia do Aracati até o Icó, logo se adequou a região ribeirinha e a vegetação do local, construindo uma organização econômica e sociocultural pelos sertões da Província do Ceará.

Segundo Geraldo Nobre, até então a região do Baixo Jaguaribe possuía menor dinâmica econômica, se comparado com a região de Santa Cruz do Aracati até os fins do século XVIII e início do século XIX. Entretanto, já apresentava indícios de

crescimento econômico, tendo em vista o salto em relação ao número de fazendas decorrentes da criação de gado na Vila de São Bernardo das Russas.

Conforme Rafael Ricart,

A distribuição das sesmarias do Siará grande seguiu os caminhos dos principais rios: Jaguaribe, Banabuiú, Salgado etc. Feitas as concessões nas margens destes rios, passaram-se às doações nos seus afluentes. A formação de adensamentos populacionais e vilas na capitania também estava ligada ao movimento de ocupação de terras para a criação de fazendas de gado e, em muitos casos, era a partir do fluxo do gado nestas áreas que as povoações começavam a ser formadas. Como por exemplo: Icó, Aracati e Quixeramobim. (SILVA, 2010: 55)

A segunda metade do século XIX é marcado pela emergência de alguns núcleos urbanos na região da ribeira do Jaguaribe.

Muitos outros povoados tiveram esse mesmo processo de nascimento. Entre eles pode-se citar: Morada Nova (vila em 1876), antiga Vila do Espírito Santo, foi primitivamente uma povoação criada em 1833 por José de Fontes Pereira de Almeida e seu irmão Dionísio de Fontes, primeiros doadores do patrimônio, onde se edificou uma capela sob a invocação do Divino Espírito Santo; Limoeiro (vila em 1868) e Jaguaruana (vila em 1865), núcleos urbanos novos que na segunda metade do século XIX vinham, no plano político e econômico, rivalizar com São Bernardo de Russas e Santa Cruz do Aracati. Outros, como Itaiçaba (vila em 1856), surgiram como feiras de gado. (NOBRE, 1977: 352)

Os fluxos dos rebanhos no interior do Vale do Jaguaribe, através das ribeiras suscitaram a construção dos pequenos núcleos urbanos, conforme infere Oliveira Lima:

Podemos citar os vaqueiros com seus rebanhos de gado pelo Olho d' Água da Bica (Chapada do Apodi), saindo pertinho de Limoeiro e de Tabuleiro do Norte, local, na colônia, de entroncamento de caminhos que vinham de Sobral para a Paraíba, para o Rio Grande do Norte, dos Cariris e de Inhamuns para Aracati, conforme se lê numa notícia sobre a construção de estradas, na seca de 1877. Provavelmente, Limoeiro, São João, Alto Santo, Quixeré, Russas... foram "ponto de encontro" destas linhas de penetração (Quixeramobim, por exemplo, durante muito tempo, esteve ligado à Russas e a São João e, portanto, ao Limoeiro). (LIMA, 1997: 32-33)

A região que constituía Limoeiro teve seu primeiro registro no ano de 1687, denominado Sítio São João das Vargens, onde havia se estabelecido o sargento-mor

João de Souza Vasconcelos, localizado na ribeira do Jaguaribe, espaço esse de tensões e conflitos dos pecuaristas e das sociedades nativas. (BEZERRA, 2009: 81)

Uma das estratégias da Coroa para “povoar” os sertões nordestinos foi a concessão de sesmarias. Em conformidade com as Ordenações Manuelinas e Filipinas, procedimentos jurídicos da tradição portuguesa que foram incorporados ao corpo administrativo no Brasil, “as sesmarias são propriamente as datas de terras, casses (casas de campo ou granjeiras), ou pardieiros, que foram, ou são de alguns senhorios, e que já em outro foram lavradas e aproveitadas, e agora não são”. (REVISTA ECONÔMICA, 2006: 587-605)

A sesmaria poderia ser arrendada ou não. O sesmeiro tinha um prazo de cinco anos para tomar posse da terra e torná-la produtiva, caso não conseguisse realizar a exigência a concessão seria invalidada.

Em conformidade com Helder Macedo,

A doação de uma sesmaria – ou data de sesmaria, expressão similar correntemente utilizada nos documentos coloniais – significava o instrumento jurídico mediante o qual estava legalizado o domínio sobre um determinado território durante os séculos XVI, XVII e XVIII. Tal doação era outorgada pelo próprio Governo-Geral estabelecido na colônia, entretanto, a prática passou a ser exercida, também, pelos capitães-mores ou até mesmo pelo Senado da Câmara, quando se tratava, especificamente, de chãos situados dentro ou nas cercanias do espaço urbano. (MACEDO, 2007: 43)

Segundo Raimundo Girão, através das sesmarias concedidas pela Coroa Portuguesa, o processo de colonização avançava “financiando currais onde antes somente pisava o índio bravo”. Os currais de gado, transformados em fazenda, tinha como garantia jurídica a obtenção de sesmaria. (GIRÃO, 1984: 85-86)

A esse propósito, Francisco José Pinheiro, em “Notas sobre a Formação Social do Ceará” (1680-1820), avalia que, entre 1700 e 1799, a principal justificativa para a doação de sesmarias no Siará Grande se deu, justamente, pela criação de gado. Ainda na segunda metade do século XIX, em todos os inventários analisados, as terras descritas nos documentos, em sua totalidade, fazem menção à atividade criatória. (PINHEIRO, 2008: 23)

Até 1703, grande parte das terras ainda não havia sido demarcada. Em razão disso, segundo Elisgardênia Chaves, “o governo a serviço da Coroa Portuguesa mandou o ouvidor Soares Reimão tombar as terras das ribeiras do Jaguaribe, Acaraú e demarcá-las, o que levou alguns anos”. (CHAVES, 2009: 43)

A formação do povoado/vila de Limoeiro confunde-se com o processo de colonização que adentrou os sertões cearenses, no percurso das ribeiras. Tendo em vista a Carta de 1701, constituída pela Coroa Portuguesa, pelo rei D. Pedro II, de Portugal, que proibia e afastava a pecuária a uma distância de 10 léguas¹ (60 quilômetros) das plantações canavieiras. (LEAL, 2009: 512)

A primeira sesmária, que recortou as ribeiras do Jaguaribe, foi concedida no ano de 1683 a um grupo de sesmeiros do Rio Grande do Norte comandados por Manoel Abreu Soares. Os limites geográficos da referida sesmária iam desde a Barra do Jaguaribe, junto ao Oceano Atlântico, no atual município de Aracati, até o Boqueirão do Cunha, no alto sertão do Jaguaribe. (LIMA, 1997: 109)

Em se tratando das ribeiras do Jaguaribe, os sesmeiros que foram constituindo suas fazendas de criar puderam desfrutar de água e pasto, fatores necessários para a criação de gado. No processo de ocupação daqueles sertões, os rios Jaguaribe e Banabuiú mostraram-se essencial na relação tecida entre os homens e a natureza.

Roteiro das boiadas que impulsionaram a colonização da Capitania do Ceará nos séculos XVII e XVIII, as ribeiras do rio Jaguaribe representavam a mais importante via de acesso por onde entraram as vias imigratórias oriundas das regiões açucareiras da Bahia e Pernambuco. Ao encontrarem a facilidade de água e terras férteis, os primeiros colonizadores foram instalando, ao longo das várzeas do Jaguaribe, currais para a criação de gado, dando início assim, assim, à prática da pecuária extensiva. (CHAVES, 2002:13)

Dada à importância das ribeiras do Jaguaribe no contexto da ocupação do Ceará, ao longo dos rios, gradualmente houve o estabelecimento de pequenos núcleos familiares, que tiveram um papel decisivo para a sobrevivência daqueles que, constantemente, cruzavam os sertões conduzindo seus rebanhos de gado. Bem como, as

¹ Uma légua equivale a seis quilômetros.

concessões de sesmarias requeridas por Teodósio Bezerra de Abreu, morador nas Vargens do Jaguaribe.

Pede posse oficial de 3 léguas fazendo pião em olho d'água numas lajes de pedra, contando a largura para o lado do Jaguaribe. Quer apossar-se judicialmente das terras do riacho do Meio. O riacho do Meio corre S – N e faz barra no riacho do Sangue, acima da barra do riacho S. Antônio.²

Conforme Thomaz Pompeu de Sousa Brasil, em *Ensaio Estatístico da Província do Ceará*, o desenvolvimento da atividade de criação do gado *vacum* possibilitou a criação de uma indústria e uma cultura pecuarista na Província do Ceará.

O systema de criação é semi-selvagem, quase todo entregue às forças da natureza, o que obsta o maior desenvolvimento de que é esta industria susceptível; pois os constantes prejuizos que os creadores sofrem anualmente tem por causa tal systema de criação. Além disso, demanda ele grande espaço de terreno livre para os gados vagarem, o que hoje já não é possível em rasão do crescimento da população, que vae invadindo esses espaços, como também varias ribeiras ainda estão inaproveitadas por falta d'agua segura. (BRASIL, 1997: 380)

No primeiro momento da economia da pecuária, o gado era levado às principais vilas pernambucanas e baianas, onde era comercializado nas feiras, a baixos preços, pois, como ressaltou Raimundo Girão, em virtude das grandes distâncias e das dificuldades enfrentadas na longa travessia, o gado, normalmente, chegava sem peso, tendo, assim, seu valor de venda reduzido.

O gado emagrecido nas longas jornadas, de até dezesseis dias, era vendido a baixos preços a fazendeiros ou a indivíduos dedicados à engorda dos rebanhos, solução para evitar-se o retorno das reses para as fazendas de origem, o que agravaram as perdas. (GIRÃO, 1984: 84)

Tendo em vista os prejuízos mencionados, instalaram-se algumas oficinas que permitiu, por meio da utilização da técnica de salgar e secar a carne, o gado pudesse ser abatido na própria capitania do Ceará. Depois de passar por esse processo, a carne era exportada para outras capitanias, especialmente do litoral, assim como o couro,

² CARTA DE SESMARIA – Teodósio Bezerra de Abreu – Data de Sesmaria: 13-2-1788, Vol 8º, Nº 615.

também beneficiado e comercializado. Com resultado positivo das Oficinas de Charque, as charqueadas multiplicaram-se gradativamente, em especial nas embocaduras dos rios Jaguaribe e Acaraú, provocando o desenvolvimento das vilas de Aracati e Acaraú, entre outros lugarejos.

As oficinas de salga vão instalar-se primeiro na região de maior produção, na foz do rio Jaguaribe, ponto estratégico como porta de saída da produção e vantajoso pela existência de depósitos de sal e sistema de ventos adequados ao processo de transformação feito com técnicas rudimentares. (LEMENHE, 1991: 34)

A pecuária embrenha-se no interior da Colônia, tendo o Rio como pilar capaz de assegurar a vida das pessoas e dos animais que habitavam aquele espaço, mas outros sentidos lhe são atribuídos e excede a condição de natureza, atingindo dimensões políticas e econômicas.

O sítio de Limoeiro configura-se como um pequeno povoado e entreposto das boiadas vindas dos altos sertões pela estrada do Jaguaribe, um ponto de parada no percurso, que servia, sobretudo, para o descanso e recuperação do gado em virtude da longa jornada. A água era essencial para o reestabelecimento físico dos animais, dos vaqueiros e comboieiros.

Nos caminhos percorridos pelo gado que seguiam pelas ribeiras dos Rios Jaguaribe e Banabuiú, no decorrer do tempo foram fixando pequenos núcleos familiares, que se estabeleceram e ocuparam um papel fundamental para a sobrevivência daqueles que, constantemente, cruzavam os sertões conduzindo seus rebanhos de gado.

O transporte da carne verde (carne sem nenhuma técnica ou conservante), ou mesmo do gado para ser abatido nas oficinas de Aracati passavam pela Estrada Geral, nordestada até Icó pelo rio Jaguaribe, e de lá seguia para as praças comerciais de Pernambuco. (LIMA, 1997)

No século XVIII os percursos eram poucos, mas estratégicos. Os caminhos, nomeadamente a Estrada Geral do Jaguaribe, seguiam as ribeiras. A Estrada Geral do Jaguaribe era um caminho natural, atravessado pela Estrada Nova das Boiadas, pela Real Paraíba-Recife e pela Crato-Oeiras e Crato-Piancó.

São as estradas das ribeiras, desenvolvidas ao longo dos cursos d'água, por onde o rebanho acrescido permitiu a multiplicação de transações comerciais, transformando o produto quase exclusivo de Ceará noutras utilidades, de que a Capitania necessitava. A mais importante destas vias de comunicação foi a Estrada Geral do Jaguaribe que “partindo da região do Aracati, rio acima transpunha o Jaguaribe (...) atravessa os lugares onde presentemente estão as cidades de Russas e do Icó, subindo depois o salgado até quase suas nascentes”, subindo para o Cariri, ultrapassando a chapada do Araripe, alcançando o médio São Francisco. Foi a via de comunicação por onde entraram os gêneros de primeira necessidade de que se abasteceu o interior da Capitania, durante os primeiros períodos administrativos. [GRIFO DO AUTOR] (STUDART FILHO, 1989: 37)

As estradas eram intercursos em meio aos ermos sertões, configuravam deslocamentos e migrações do gado, de vaqueiros, de comerciantes, de andarilhos, enfim, ali se davam as labutas diárias dos sertanejos que seguiam as ribeiras e cortavam as propriedades.

A expansão da pecuária fez proliferar o número de fazendas de criar, o que colaborou diretamente para uma relativa mobilidade social e econômica da população de Limoeiro, haja vista a concentração da mão-de-obra familiar.

As fazendas, os sítios, configuravam o espaço rural, composto pela casa do fazendeiro, por casebres e choupanas de vaqueiros e outros trabalhadores livres e cativos, pelos pequenos roçados e por pastos. Lugares de habitação, trabalho e de relações sociais.

Ao redor das choupanas, se cultivavam os pequenos roçados para atender ao consumo imediato. Agricultura de emergência, trabalho para mulheres e crianças, porque os homens estavam ocupados nas labutas pastoris. A própria lavoura da sede da fazenda não tinha importância comercial. Produzia o milho, o feijão, um pouco de algodão para a fiação doméstica e outras culturas do ciclo produtivo curto, complementar ao regime alimentar, fornecido pelo gado, que consistia no leite, queijo, manteiga e carne. (STUDART FILHO, 1989: 32)

Nessa configuração, a fazenda era uma unidade produtiva, no sentido em que além de centralizar a família no trabalho era o espaço ocupado pelas atividades criatórias, em especial o gado e em menor intensidade pela atividade agrícola realizada em pequenas porções de terras das propriedades.

A organização do trabalho nas fazendas sertanejas era constituída por homens livres, caracterizados por agregados e dependentes, e por escravos, sendo que de forma geral estavam sob a guarda dos donos das propriedades. Os sertanejos envolvidos na lida com o gado eram identificados como vaqueiros, podendo serem livres ou cativos, seguia-se essa distinção conforme a condição jurídica e não pelas funções desempenhadas, observadas por Luis Mott no sertão do Piauí, no século XVIII, uma região análoga a esta ora estudada.

Segundo Mott:

A vida de um escravo vaqueiro, montado a cavalo, vagando e seguindo animais longe do curral de seu dono, livre do olho e vara do administrador, recebendo como alimentação diária 'por média' de 1 kg de carne fresca, ½ de farinha de mandioca, era seguramente diferente da vida dos demais, trabalhadores livres: camaradas, agregados, vaqueiros, companheiros no mesmo trabalho. A grande proximidade física entre brancos e negros – e a existência de um grande número de vaqueiros e agregados de cor empregados pelos donos das fazendas, para administrar a propriedade em seu lugar, contribuía para relativizar a distância que em outras áreas do Brasil tanto separavam os escravos do resto da população. A distância social no Piauí colonial parecia basear-se mais na relação livre/escravo do que senhor/escravo. (MOTT, 1977: 15)

Estudando as origens do trabalho livre na capitania do Ceará, Maria Sylvia Porto Alegre identificou, nas fazendas de gado sertanejas, um lugar composto por escravos e homens livres.

Em cada fazenda destas, não se ocupam mais de dez ou doze escravos, e na falta deles os mulatos, mestiços e pretos forros, raça que abundam os sertões da Bahia, Pernambuco e Siará, principalmente pelas vizinhanças do rio S. Francisco. (REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 1989/1990: 5)

De acordo com esses autores, através das evidências documentais encontradas, podemos compreender que, mesmo tendo empregado um pequeno número de pessoas cativas, a escravidão foi um sistema significativo na composição dos espaços da pecuária, os “limites eram impostos, muito mais, por fatores internos à produção, como pela pequena absorção de mão-de-obra nas fazendas”. (REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 1989/1990: 5)

Não obstante, essa situação social de relações de trabalho se faz presente na fazenda estabelecida na Ribeira do Jaguaribe – o Sítio Limoeiro – pela família Rodrigues, detentores de oficinas de charque em Aracati, tornando-se uma espécie de entrepostos, um lugar de pausa e descanso de homens e animais.

Desde 1778, a fazenda desenvolvia-se economicamente e a população crescia gradualmente. Tendo em vista a região do Vale do Jaguaribe estar inserida no percurso entre o porto de Aracati e as feiras de Pernambuco, construiu-se certa mobilidade econômica dinamizando as relações comerciais.

A fazenda Limoeiro era um sítio compreendido pela área de ocupada pelas casas de moradias e comerciais, quintal, algumas capelas, entre outros equipamentos que lhe atribuía caráter de entreposto das boiadas.

Em sua passagem por Limoeiro, Freire Alemão, em meados dos anos de 1850, denota que a constituição do povoado com “40 casas de telhas, com 140 a 150 habitantes, e em roda nas palhoças haverá ainda uns 100 habitantes; de escravos talvez haverá 20. A Igreja é nova e bonita, não concluída ainda, porém feita de maus materiais”. (ALEMÃO, 2006: 84)

Até 1845, o sítio Limoeiro mantinha características de fazenda. O sítio era uma propriedade rural, geralmente pequena, destinado à lavoura. Enquanto a fazenda era uma unidade maior, onde se concentravam as atividades criatórias. Esses espaços, conforme Freire Alemão, eram habitados por algumas famílias de livres e, certamente, por escravos. (ALEMÃO, 2006: 174-181)

Essa relativa estabilidade foi uma das condições para a construção da capela, que se deu em 1845, e a criação da freguesia em 1863, através da Lei provincial; situações essas que favoreceram a Limoeiro constituir-se num centro político-religioso. Contudo, é importante compreender a Igreja como um marco institucional. Sendo em 1868, o povoado de Limoeiro elevado à categoria de Vila.³

Em 04 de dezembro de 1863, pela Lei provincial nº 1081, foi criada a Freguesia de Limoeiro, sendo a mesma implantada somente no ano de 1864, tendo

³ É importante diferenciar as noções de Freguesia e Vila. A primeira é uma delimitação a partir de aspectos eclesásticos, realizada, portanto, pela Igreja católica. Já a segunda é uma delimitação política, realizada pelo Estado, sendo geralmente caracterizada pela fixação dos equipamentos burocráticos.

como sede da paróquia, de acordo com a Lei 1.118, a capela de São João do Jaguaribe. Em 04 de novembro de 1870, pela Lei 1.358, Limoeiro passou a ser a sede da Freguesia.

Além da Igreja Matriz, na sede da povoação, a Freguesia era composta ainda pelas capelas de Tabuleiro de Areia, São João do Jaguaribe, Alto Santo da Viúva e Livramento. Seus contornos davam-se pelo nascente com a fazenda Quixeré, pelo norte com o Rio Jaguaribe, indo do Arraial até barra do Banabuiú, pelo poente o distrito de Morada Nova, que ia da barra do riacho Livramento para cima.

Pela Lei nº 1402, que data de 22 de julho de 1871, Limoeiro, até então Freguesia, é desanexado da Vila de São Bernardo das Russas. No entanto, a referida Lei só passa a valer em 30 de junho de 1873. Com a comprovação da lei, a Vila de São Bernardo das Russas fica sem o domínio dos distritos de Tabuleiro de Areia, Alto Santo da Viúva e Livramento (atualmente Uiraponga, localizado no município de Morada Nova), passando, todos eles, a composição administrativa da nova Vila, ou seja, a Vila de Limoeiro.

Em conformidade com os relatos produzidos pela Comissão Científica, Francisco Freire Alemão elucida o que constituía o povoado de Limoeiro, por ocasião da construção da Igreja Matriz:

(...) é uma povoação nova junto á margem direita do Jaguaribe, que em 42 a alagou, tem 40 casas de telhas, com 140 a 150 habitantes, e em roda nas palhoças haverá ainda uns 100 habitantes; de escravos talvez haverá 20. A Igreja é nova e bonita, não concluída ainda, porém feita de maus materiais. (ALEMÃO, 2006: 84)

Na descrição de Freire Alemão, denota-se a importância da água, na qual segue pela via direita o território de Limoeiro. Contudo, não era uma relação na sua totalidade amistosa, pois em 1842 a água ultrapassa os limites das ribeiras, invadindo ruas, casas.⁴

O botânico ainda traçou de maneira breve, a organização da população nas habitações configuradas pelos materiais utilizados: telhas e palhoças. Bem como, a

⁴ As cheias eram fenômenos naturais que faziam parte da vida dos sertanejos, contudo, não encontramos indícios que elas reconfigurassem os aspectos materiais dos patrimônios familiares.

população que habitava em tais domicílios, onde a maioria residia em casas de telha, conforme os dados coletados por Freire Alemão, vivia em palhoças.

Além da organização do espaço, das habitações e da população, o botânico lança um rápido olhar, e relata a existência de uma pequena escravaria de Limoeiro, e segue descrevendo a Igreja da Nossa Senhora da Conceição ou Igreja da Matriz.

Na segunda metade do século XIX, o espaço que compreendia o Sítio de Limoeiro, bem como os povoados de Tabuleiro de Areia (Tabuleiro do Norte), Alto Santo da Viúva (Alto Santo), São João do Jaguaribe e Livramento (Uiraponga, distrito de Morada Nova), atraía a atenção da Igreja Católica, que em 04 de dezembro de 1863, por meio da Lei provincial nº 1081, legitimava a criação da Freguesia de Limoeiro. Fato curioso foi que a mesma só veio a ser efetivada em 1864, sendo inicialmente como sede da paróquia, a capela de São João do Jaguaribe, a sede da paróquia, legitimada pela Lei 1.118. Pouco tempo depois, através da Lei 1.358, em 04 de novembro de 1870, Limoeiro tornou-se a sede da Freguesia.

A criação das cidades partia de uma política de urbanização que consistia no esforço da Coroa vigiar e controlar os indivíduos através da centralidade de equipamentos como a Câmara, o presídio e a Igreja.

As cidades eram criadas em pontos especiais. Funcionavam como centros regionais e por meio delas revelavam-se as tendências centralizadoras da política portuguesa, que se opunham, ainda que discretamente, à dispersão dominante. (REIS FILHO, 1968: 67)

O esquadramento espacial construído por Freire Alemão é um dos indícios que favorece a análise da organização espacial, populacional, habitacional, social e econômica, bem como a atribuição de valores aos bens inventariados, em especial a terra – a forma legal de apropriação da terra se dava por meio da concessão de sesmarias, sendo em alguns casos somente empossadas. Como aponta a historiografia, desde meados do século XIX o charque já havia perdido parte do vigor econômico, contudo as referências às terras dos sertões de Limoeiro faziam menção às “terras de criar”; ou seja, a forma de apropriação, técnica e materialidade possuíam significados imbricados na pecuária. Essas são algumas das questões abordadas a seguir.

Nesse sentido, o espaço é uma dimensão que precisa ser discutida, e, além disso, necessita-se distingui-lo da noção de lugar.

O espaço é um cruzamento de móveis. É de certo modo animado pelo conjunto dos movimentos que aí se desdobram. Espaço é o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais. O espaço estaria para o lugar como a palavra quando falada, isto é, quando é percebida na ambiguidade de uma efetuação, mudada em um termo que depende de múltiplas convenções, colocada como o ato de um presente (ou de um tempo), e modificado pelas transformações devidas a proximidades. Diversamente do lugar, não tem portanto nem a univocidade nem a estabilidade de um “próprio”. [GRIFO DO AUTOR] (CERTEAU, 1994: 202)

Até aqui foi possível compreender o esquadramento espacial de Limoeiro situando-o no processo de colonização, destacando o papel dos rios Jaguaribe e Banabuiú nessa trama social. Adiante, segue uma leitura acerca da organização econômica desse universo multifacetado que é o Sertão. Em um diálogo construído em meio a relatos de viajantes, inventários *post-mortem* e registros de terra, buscou-se situar o espaço em questão no processo de colonização cearense, que data do início do século XVII, das instalações das fazendas de criar à constituição da Vila no século XIX, os aspectos socioeconômicos e espaciais, uma apresentação do espaço que se fala nesse estudo: o Sertão de Limoeiro. (TOPOI, 2007: 40)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, J. Capistrano de. **Capítulos de história colonial (1500 – 1800)** [primeira edição: 1907], Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998, p. 123-130.
- ALBUQUERQUE, Manuel Coelho. **Seara indígena: deslocamento e dimensões identitárias**. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Ceará – Fortaleza, 2002, p. 68-69.
- ALEGRE, Maria Sylvia Porto. Vaqueiros, agricultores e artesãos: Origem do trabalho livre no Ceará colonial. In: **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza- UFC, v.20/21, nº 1/2, p. 1-29, 1989/1990, p. 5.
- ALEMÃO, Francisco Freire. **Diário de viagem de Francisco Freire Alemão: Fortaleza-Crato 1859**. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura do Ceará, 2006, p. 84.
- BEZERRA, Antônio. **Algumas origens do Ceará**. Ed. *Fac-sim*. Fortaleza: FWA, 2009, p. 81.
- BRASIL, Thomaz Pompeu de Sousa. **Ensaio Estatístico da Província do Ceará**. Ed. *Fac. Sim*. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997, p. 380.

- CERTEAU, Michel de. **A invenção do Cotidiano 1: artes de fazer**. 4ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994, p. 202.
- CARTA DE SESMARIA – Teodósio Bezerra de Abreu – Data de Sesmaria: 13-2-1788, Vol 8º, Nº 615.
- CHAVES, Elisgardênia de Oliveira. **Viver e morrer: uma análise sobre a configuração sócio-familiar na freguesia de Limoeiro-CE (1870/1880)**. Fortaleza, 2009. Dissertação de Mestrado em História Social. UFC – Orientador: Prof. Dr. Eurípedes Antº Funes, p. 43.
- CHAVES, José Olivenor de Oliveira. **Atravessando os sertões**. Memórias de velhas e velhos camponeses no Baixo- Jaguaribe- CE. Recife, 2002. Tese de doutorado em História. UFPE – Orientador: Prof. Dr. Durval Muniz de Albuquerque Jr., p. 13.
- GIRÃO, Valdelice Carneiro. As charqueadas. In: SOUZA, Simone de (Org.) **História do Ceará**. Fortaleza, Universidade Federal do Ceará. Fundação Demócrito Rocha. Stylus Comunicações, 1989.
- GIRÃO, Raimundo. **Pequena História do Ceará**. 4ª edição. Fortaleza: UFC, 1984, p. 85-86.
- LEMENHE, Auxiliadora. **As razões de uma cidade: Fortaleza em questão**. Fortaleza: Stylos, 1991, p. 34.
- LIMA, Lauro de Oliveira. **Na ribeira do rio das onças**. Fortaleza: Assis Almeida, 1997.
- MACEDO, Helder A. Medeiros de. Percepções dos colonos a respeito da natureza no sertão da Capitania do Rio Grande. In: **Topoi**, Rio de Janeiro, v.8, n. 14, jan-jun. 2007, p. 43.
- MAIA, Lício José de Oliveira. **Cultores da Vinha Sagrada**. Missão e tradução nas Serras de Ibiapaba. (séc. XVII). Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Ceará – Fortaleza, 2005, p 15-20. Orientação: Prof. Dr, Eurípedes Antônio Funes.
- MOTT, Luis. **Estrutura Demográfica de lãs Haciendas de Ganado de Piauí Colonial: um caso de poblamiento rural centrifugo**. Comunicação apresentada na Conferência General de Union Internacional para el Estudio Cinético de Las Poblacion, México, agosto de 1977, p. 15.
- NOBRE, Geraldo da Silva. **As oficinas de carne do Ceará**. Fortaleza: Gráfica Editorial Cearense, 1977, p. 352.
- NOGUEIRA, Gabriel Parente. **Fazer-se nobre nas fímbrias do império: práticas de nobilitação e hierarquia social da elite camarária de Santa Cruz do Aracati (1748-1804)**. Dissertação (Mestrado em História), Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2010.
- OLIVEIRA, Almir Leal de. As carnes secas do Ceará e o mercado atlântico no século XVIII. In: DORÉ, Andréa; SANTOS, Antonio Cesar de Almeida (Org.). **Temas setecentistas: governos e populações no império português**. Curitiba: UFPR-SCHLA/Fundação Araucária, 2009.
- PINHEIRO, Francisco José. **Notas sobre a Formação Social do Ceará (1680- 1820)**. Fortaleza: Fundação Ana Lima, 2008.p. 23.
- SILVA, Ana Cristina Mota. **A propriedade privada da terra e a produção de novas espacialidades na cidade de Fortaleza**. São Paulo: USP, 2000. (Dissertação de Mestrado), p. 227.
- SILVA, Rafael Ricart da. **Formação da elite colonial dos Sertões de Mombaça [manuscrito]: terra, família e poder (século XVIII)**. Dissertação de mestrado – Universidade Federal do Ceará, 2010, p. 55.

Ordenações Manuelinas, livro IV, título 67 e Ordenações Filipinas, livro IV, título 43. In: NOZOE, Nelson. Sesmarias e Apossamento de Terras no Brasil Colônia. In: **Revista Econômica**, Brasília, DF, v.7, n.3, p. 587-605, set/dez, 2006.

PINHEIRO, Francisco José. **Notas sobre a Formação Social do Ceará (1680- 1820)**. Fortaleza: Fundação Ana Lima, 2008.p. 23.

OLIVEIRA, Almir Leal de. As carnes secas do Ceará e o mercado atlântico no século XVIII. In: DORÉ, Andréa; SANTOS, Antonio Cesar de Almeida (Org.). **Temas setecentistas: governos e populações no império português**. Curitiba: UFPR-SCHLA/Fundação Araucária, 2009, p. 512.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Contribuição ao Estudo da Evolução Urbana do Brasil (1500/1720)**. Livraria Pioneira Editora. Editora Universidade de São Paulo, São Paulo, 1968, p. 67.

STUDART FILHO, Carlos. Páginas de História e Pré-História. Fortaleza: Editora Instituto do Ceará, 1960, p. 147. *Apud* GIRÃO, Valdelice Carneiro. Da conquista à implantação dos primeiros núcleos urbanos na capitania de Siará Grande. In: SOUZA, Simone de (Org.) **História do Ceará**. Fortaleza, Universidade Federal do Ceará. Fundação Demócrito Rocha. Stylus Comunicações, 1989, p. 37.